

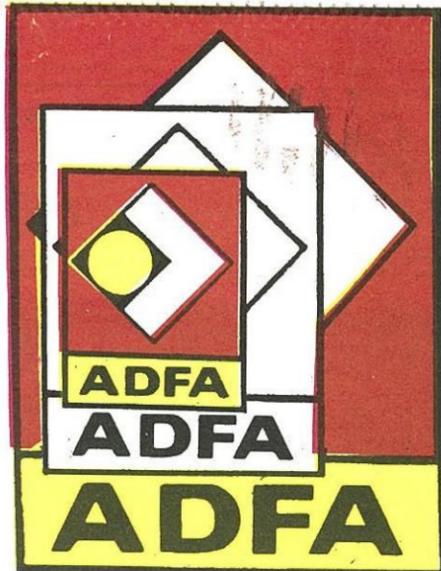
"ADFA-ELO" Desejam

ELO



PORTE PAGO

FELIZ
1994
JORNAL ANO XIX

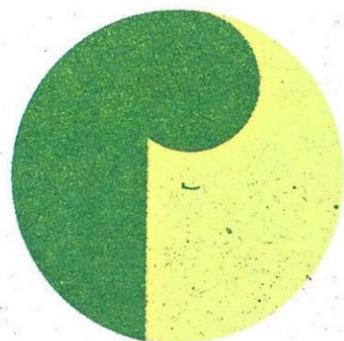


ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: Patuleia Mendes

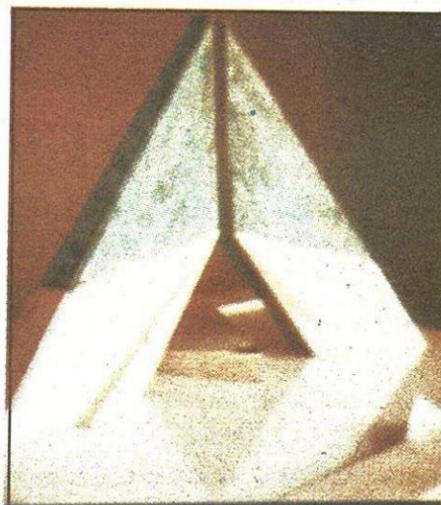
MENSÁRIO
N.º 227

Dezembro 1993
PREÇO: 110\$00



Dia Internacional do Deficiente

"Uma Sociedade Para Todos"



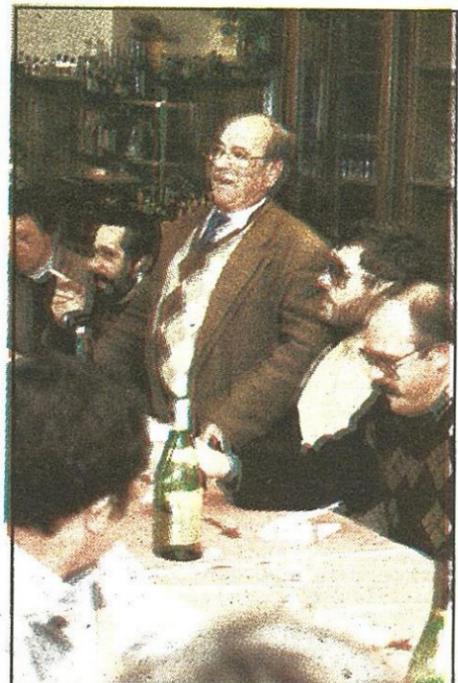
Inauguração do Monumento
aos Combatentes do Ultramar
15 Janeiro — 10.30 h
Aguardamos a sua presença

Pág. 3

SUMÁRIO

Medalhões	Pág. 2
Editorial	Pág. 3
Legislação	Pág. 4
IRS	Pág. 4
Aumento de Pensões	Pág. 4
Delegação do Porto	Pág. 5
Polémica associativa	Pág. 8
CRPG	Pág. 9
Reuniões associativas	Pág. 11

ELO 12 páginas



ADFA Mexe
Grande envolvência associativa em
reuniões e convívios por todo o país

Pág. 11



CONVÍVIO DE NATAL NA SEDE

A Direcção Central da ADFA dirige aos associados, familiares e amigos presentes no convívio de Natal, realizado no dia 19 Dezembro, os seus mais sinceros pedidos de desculpa pela forma como a empresa Uniself, a quem foi consignada a exploração do restaurante bar e self-service da sede nacional, os tratou no almoço daquele dia.

Tal forma de tratamento não é caso virgem mas sim corolário de uma série de faltas de respeito ao acordo celebrado que tem proporcionado a diversos associados, a procura em vão dos serviços contratados e que por aquela empresa não estão a ser cumpridos.

A Direcção Central está a encetar todos os esforços para criar condições para que situações já havidas, culminadas com a que se verificou no convívio de natal, nunca mais se voltem a repetir na nossa casa.

Não podemos no entanto deixarmos de regozijar apesar de tão grande contratempo, pela presença naquele convívio de associados dos núcleos de Aveiras-de-Cima e Alcobaça e de um sócio que com a sua família aqui se deslocou vindo de Oliveira do Hospital.

No momento oportuno o Presidente da Direcção Central, José Arruda, dirigiu aos presentes os melho-

res votos de um Natal muito feliz e da melhor realização no ano que se aproxima numa acalorada intervenção de que destacamos:

“Em primeiro lugar queríamos cumprimentar os associados aqui presentes em companhia das suas famílias, esposas e filhos, num dia que para nós é um também importante, o dia da família.

Estamos a comemorar aqui o nosso primeiro almoço de Natal, a conviver e na verdade estamos todos bastante felizes porque estamos na nossa casa própria. Foi um projecto que demorou muitos anos, mas foi

um projecto que afinal se concretizou, o que isto quer dizer é que se conseguimos erguer esta casa também vamos conseguir melhorar o que não está em condições e neste caso concreto, o espaço que diz respeito ao refeitório, á cozinha e ao bar. Está a fazer um mês que nos mudamos para a Nova Sede e é preciso reflectir, as nossas desculpas por aquilo que não está em condições, mas desde já uma certeza, estamos juntos para procurarmos o melhor caminho, para que quem vier à Sede se sinta na sua casa, e possa comer uma sopa quente e encontre um recanto onde haja conforto e dignidade.

O ano de 1993 está a ter-

minar, há muitos projectos para o próximo ano, há 20 anos de história que nos lançam o desafio, é preciso dar as mãos e acreditar, e ficarmos bem cientes de que os nossos problemas só são resolvidos com a directa intervenção e participação dos sócios, não podemos esquecer que ao estarmos aqui nesta sala, há outros homens no mundo que estão a passar momentos muito difíceis, como sabem há fome e guerras, homens e crianças que morrem e este dia tem que servir também para reflectir sobre a nossa postura em relação aos problemas sociais que a sociedade vive. A ADFA não pode ficar indiferente e tem que ser uma

organização solidária. Muito obrigado, Bom Natal e um Próspero Ano Novo”.

Salvou-se e saldouse por positivo, no fim, o convívio, quando associados e familiares, na tal “chuva de estrelas” que já anunciáramos no número anterior do Elo exibiram os seus talentos vocais e musicais levando os presentes á participação vocal nas inúmeras canções e até, imagine-se, a um bem animado pé de dança.

Esquecendo o mal que nos serviram e não foi pouco, lembrando o que convivemos e foi muito, vamos acreditar no futuro comparando e contribuindo para que as coisas mudem para melhor.



6ª CONFERÊNCIA SOBRE LEGISLAÇÃO

No quadro da organização da 6ª Conferência Internacional Sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra e por solicitação do Secretário Geral da FMAC, deslocaram-se a Paris de 04 a 06 de Dezembro, o Presidente da Direcção Central, José Eduardo Gaspar Arruda e o advogado da ADFA, Dr. António Carreiro, a fim de participarem numa reunião para análise e discussão dos trabalhos do Comité Preparatório a que a ADFA preside.

A reunião teve lugar na Sede da FMAC, durante todo o dia de Segunda-Feira (5 DEZ) tendo-se feito o ponto da situação relativamente às respostas dos questionários entretanto recebidos e feito um enquadramento da análise a elaborar pela ADFA e a apresentar na próxima reunião do Comité Preparatório que terá lugar em Lisboa, nos dias 23 e 24 de Janeiro próximo.

Lembra-se que da agenda de trabalhos da 6ª Conferência constam quatro questionários tendo-se recebido respostas de vinte e oito países de todo o mundo, considerando-se na FMAC que a participação até agora demonstrada ultrapassa as expectativas.

Foram também passados em revista todos os aspectos relacionados com o programa e organização, adiantando-se já que vários governos se farão representar, designadamente a Holanda a nível de Ministro, os Estados Unidos, a França e alguns países da Europa Oriental e África.

O Secretário Geral das Nações Unidas deu também já a conhecer que se fará representar, manifestando assim o seu apoio e interesse pela iniciativa.

MEDALHÕES COMEMORATIVOS DA INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE



Foram mandados cunhar medalhões comemorativos da inauguração da Nova Sede, em bronze, tendo-se procedido também à emissão com banho de prata e ouro. Os medalhões, de 85 mm de diâmetro, estão devidamente registados no Instituto Português de Medalhística, o que, para além do seu valor afectivo, lhe confere o interesse de colecção. Todos os associados que desejem adquirir este simbólico documento comemorativo da inauguração da nossa Sede Nacional, deverão inscrever-se na Sede e Delegações, forma única através da qual as poderão obter pelos seguintes preços: 1.250\$00 para os exemplares de bronze; 1.750\$00 para os prateados e 2.250\$00 para os dourados. Encontram-se também à disposição bonitos porta-chaves com a reprodução fiel daquela medalha ao preço de 300\$00.

Subsídios da Gulbenkian para transportes

A exemplo dos anos transactos a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu à ADFA um subsídio destinado a participar a compra de cadeira de rodas, triciclos motorizados e ajuda na compra de viatura própria pelos sócios da nossa Associação portadores de grandes deficiências motoras, sensoriais e psíquicas, iguais ou superiores a 60%.

No caso de aquisição de cadeira de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio será atribuído quando se verificar a não atribuição deste material por parte das entidades médicas militares ao Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios da participação de compra de viatura própria são regulamentados por normas aprovadas pela Direcção Central, os quais, bem como os boletins de inscrição, se encontram à disposição dos sócios em todas as Delegações.

A definição de prioridades é ditada pela conjugação de vários factores, entre os quais se destacou o maior grau de desvalorização e os proventos auferidos, de acordo com a Legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoio apenas são geralmente contemplados os nossos Associados portadores de grandes deficiências motoras ou sensoriais.

Para o concurso de 1994 os sócios interessados devem preencher o questionário respectivo, até ao dia 31 de Janeiro, procedendo-se seguidamente à atribuição das participações.

O Serviço de Apoio Social e Médico



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 7570502 — Fax 7571319

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 12.500 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

REDACÇÃO: Armindo Roque; António Carreiro, José Maia, Abel Fortuna, José Pavoeiro, Andréa Zamorano, António Neves, João Gonçalves

MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTOGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100\$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

Jantar dos trabalhadores da Sede



No Restaurante da Sede Nacional realizou-se o habitual jantar/convívio dos trabalhadores da Sede e da Tipografia.

Foi uma noite bastante animada, oportunidade para se falar abertamente e desenvolver o espírito de camaradagem e trabalho em equipa característico da ADFA.

Todos os elementos da Direcção Central estiveram presentes e no fim o seu vice-presidente fez um pequeno discurso onde começou por saudar os trabalhadores da tipografia, e de ter lembrada a nossa estadia no Palácio da Independência, referiu-se em seguida à realidade que é actualmente a nova sede e elogiou particularmente Artur Vilares para quem pediu uma salva de palmas.

Desejou que todos os trabalhadores tivessem agora melhores condições de trabalho.

Considerou que o balanço final do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores foi positivo, se bem que não tivéssemos feito tudo o que poderíamos fazer, e aqui convém lembrar que a perfeição é inimiga do bom, António Miranda afirmou "fizemos o que foi possível".

Falou em seguida dos novos projectos nomeadamente o da nova tipografia que estará em condições de começar a trabalhar muito brevemente, referiu-se também ao projecto da oficina orto-protésica.

Terminou desejando um Bom Natal a todos os trabalhadores e seus familiares e com um Viva a ADFA, que foi retribuído por todos os presentes.



VENDE-SE VIATURA

Face à necessidade de alienação da nossa viatura Renault 4L, vai proceder-se à venda da viatura da ADFA, uma Renault 4L.

A viatura será vendida pela melhor oferta, que deverá ser enviada em envelope fechado, para a Sede da ADFA, até ao fim do mês de Janeiro.

MONUMENTO

A ADFA por deliberação do Conselho Nacional de 24 de Outubro de 1987, integrou-se na Comissão executiva para a construção do Monumento aos Combatentes do Ultramar, assumindo, conforme decidido, posições que não pusessem nunca em causa os objectivos e ideário que a norteiam. Assim, foi parte da maior intervenção em todo o processo preparatório e de construção do Monumento, junto à Torre de Belém, que concluído será inaugurado na manhã do próximo dia 15 de Janeiro.

A cerimónia será presidida pelo Chefe de Estado e encontrar-se-ão presentes membros do Governo, da Instituição Militar e todas as organizações de antigos combatentes portugueses, esperando-se a presença envolvente dos seus associados já que o monumento e o Forte do Bom Sucesso que lhe fica em anexo, constituído em Museu do Combatente, são o reconhecimento do esforço que a Nação pediu aos que morreram, aos que se deficientaram e aos que simplesmente cumpriram o dever de combater.

A ADFA consciente de ter interpretado da melhor forma com a sua participação os objectivos estatutários e os desejos da grande maioria dos seus membros, aguarda naquele dia numerosa presença de associados, na certeza de que este monumento não encerra em si a totalidade do reconhecimento que a Pátria deve àqueles que lhe deram o melhor de si.

PROGRAMA

Das 10.30 - 10.50 — Chegada das entidades convidadas.

11.00 — Chegada de Sua Excelência o Presidente da República; prestação de honras militares.

11.10 — Descerramento da placa evocativa dos Combatentes do Ultramar, seguida do acender da Chama da Pátria, do hastear da Bandeira Nacional, da salva de 21 tiros pela Armada e de sobrevoo pela Força Aérea.

11.15 — Discursos alusivos ao acto.

11.50 — Deposição de flores junto ao monumento.

12.00 — Prestação de honras militares à memória dos combatentes falecidos.

12.10 — Desfile das Forças em Parada.

COMEMORAÇÕES DO 1º DE DEZEMBRO

Como todos os anos, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, comemorou o 1º de Dezembro de 1640, data em que os portugueses se libertaram do jugo espanhol, com um ritual simples mas solene, que se iniciou no dia 30 de Novembro, no Salão Nobre do Palácio da Independência, com uma Conferência alusiva ao tema "O Sentido e o Valor da Independência" proferida pelo professor Jaime Nogueira Pinto.

No dia 1 de Dezembro, junto ao monumento dos Restauradores, prestou-se homenagem aos Heróis da Restauração, a que se seguiu a assinatura do Livro de Honra, pelo Presidente da República e altas individualidades civis e militares.

As comemorações terminaram às 12:30, na Sé Patriarcal de Lisboa, com uma Missa Solene de Acção de Graças, presidida pelo Arcebispo Primaz de Braga.

A ADFA fez-se representar pelos seus presidente e vice-presidente.

EDITORIAL

Por muito que se queira ser criativo e inovador, é na realidade difícil fugir no final de cada ano a um balanço e retrospectiva sempre usuais daquilo que criamos e conseguimos, relançando o alcançado para o objectivado e o não concretizado que se transfere em salto e desejos para o ano, desafio e assiccate que nos vai confrontar.

Muitas foram as realizações e concretizações que tomaram formas de verdade no ano de 1993, o reconhecimento do carácter indemnizatório, portanto não tributável em IRS, do abono de prestação suplementar de invalidez, o direito à aquisição gratuita por todos os deficientes militares de medicamentos clinicamente prescritos no quadro das ADME's, o entendimento e pareceres que nos garantem e aos nossos familiares a isenção de propinas em estabelecimentos de ensino do estado, a aplicação conforme defendemos da atribuição dos escalões no sistema retributivo das Forças Armadas aos Deficientes militares abrangidos pelo Decreto Lei 43/76, após longos meses de negociações e duvidas a publicação da legislação que garantiu os direitos já consignados na aquisição de viaturas, a garantia dos apoios financeiros que proporcionaram o finalizar da actual sede nacional da ADFA há tantos anos desejada, são eco e demonstração eficaz do muito trabalho desenvolvido e do reconhecimento que a Nação Portuguesa dedica aos seus deficientes militares.

A participação activa e interveniente dos associados em todo o país, no acto eleitoral, nas mais diversas reuniões e convívios, são a certeza de que o trabalho produzido vai ter reflexo imediato e produtivo na definição e envolvimento das grandes tarefas que se adivinham. A onda associativa levantar-se-á porque 20 anos de história, de luta, sacrifício e dignidade, a comemorar em 14 de Maio não se escondem sobre um pano, tal como não se consegue tapar o sol com a peneira.

A Direcção Central

Boas Festas

O "ELO" agradece os desejos de Boas Festas e Feliz Ano Novo que lhe foram endereçados muito em especial pelas delegações da ADFA.

CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA DELEGAÇÃO DE VISEU

Nos termos da Lei dos Estatutos, convoco os Exm.ºs Associados da Delegação de Viseu, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, no dia 22 de Janeiro de 1994, pelas 14 h, na sede da Delegação, sita na Rua José Branquinho, Quartel dos Bombeiros Voluntários-4.º Dt.º Ala B, na cidade de Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- A) Apreciação e votação do relatório e contas da Direcção e do parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1993.
- B) Outras informações

Pl'º Presidente da MAGD
António Pais Ferreira

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL

Médico: Dr. Brito
2ª Feira 13:00h
4ª Feira 17:00h

PSICOLOGIA CLÍNICA

Dr.ª, Fátima Cruz
2ª Feira 14:00 às 18:00h
4ª Feira 14:00 às 18:00h

PSIQUIATRIA

Médico: Dr. Proença
5ª Feira 09:30h

SERVIÇO SOCIAL

Dr.ª Fátima Almeida
2ª, 4ª e 6ª-Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00h

GAB. JURÍDICO

Dr. António Carreiro
3ª e 5ª-Feiras
14:00 às 18:00h
c/marcação prévia

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência junto da funcionária Dª Josefa, pelos tel. 7570502/0583/0422/0645/0702/0781

Declaração de IRS de 1993

O "ELO", como nos vem habituando há já alguns anos, vai passar a informação sobre as mais relevantes informações que o Orçamento do Estado para 1993 introduziu no código do IRS, tendendo à facilidade e apoio do preenchimento das respectivas declarações, que deverão ser apresentadas nas representações de finanças da área da residência dos associados no início do próximo ano de 1994.

Atente-se no entanto no que se divulga imediatamente a seguir, razão de polémica recente, também tratado nas páginas desta edição, que não influencia o preenchimento

da declaração a apresentar, por corresponderem a rendimentos a auferir no próximo ano de 1994, incluídos no Orçamento do Estado para esse ano, correspondente às declarações a apresentar no ano de 1993.

Não existe qualquer limite na declaração a apresentar no próximo ano de 1994 para a não sujeição relativa aos 50% do rendimento de trabalho, categorias A e B, e 30% das pensões, categoria H, previstas no art.º 44 do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Continua também a ser válida para a mesma declaração a dedução prevista de 500 contos por sujeito passivo

nos montantes aplicados em Planos Poupança Reforma (PPR).

Em suma, fixado o anteriormente indicado e não existindo outras alterações substanciais, ao que vinha sendo praticado em anos transactos, vamos passar às reais alterações introduzidas que ajudarão a preencher a próxima declaração que deverá ser apresentada até 15 de Março para rendimentos de trabalho dependente (categoria H) e até 30 de Abril para rendimentos que incluam quaisquer outras categorias.

A principal alteração introduzida para os rendimentos de 1993 corresponde ao

carácter indemnizatório a que se refere o n.º 1, do art.º 13.º do CIRS, relativo ao abono e prestação suplementar de invalidez definidos no art.º 10.º e 11.º do dec.-lei 43/76, portanto não englobáveis conforme sanciona ao respeito despacho de Fevereiro de 1993, do sub-secretário de Estado Adjunto, da Secretaria de Estado Adjunta e do Orçamento do Ministério das Finanças.

Transcrevemos seguidamente as alterações produzidas e que influenciam o preenchimento da declaração. Como habitualmente os serviços da ADFA prestarão o apoio necessário.

IRS-1993 — Deduções

● Dispensa de entrega da decl. mod. 1 (Art.º 58.º)

— Para não casados que tenham auferido menos de 663.000\$00 (rend. da Categ. A), sem retenção na fonte (alínea b)

— Pensões inferiores a: (alínea c)

— Casados — 1.430.000\$00

— Não casados — 1.150.000\$00 ambos sem retenção na fonte

— Auferido unicamente rendimentos sujeitos às taxas libertórias do art.º 74.º (alínea a)

● Deduções específicas

— Categoria A — 400.000\$00 (art.º 25.º n.º 1)

Para rend. inferiores a 615.385\$00, aplica-se 65% sobre o referido rendimento.

— Para rend. superiores a 615.385\$00, o limite máximo é 400.000\$00 ou a Seg. Social.

Quando o sujeito passivo for deficiente com 60% ou mais de grau de incapacidade o limite de 400.000\$00 é elevado em 50%.

— Categoria H — 640.000\$00 mais metade do excedente até ao valor de 1.600.000\$00 (art.º 51.º n.º 1 e 2)

● Abatimentos — Art.º 55.º

— Saúde — totalidade (alínea a)

— Juros de habitação — 260.000\$00 (alínea e)

— Educação (alínea c)

— Lares p/3.ª idade (alínea d)

— Seg. Vida, Sind. e Seg. Soc. Facul. (alínea f)

— Energias renováveis (alínea i)

— Pensões de alimentos (alínea g) — totalidade

O conjunto das alíneas c), d) f) e i) têm como limites máximos:

Casados — até 280.000\$00, ou 320.000\$00

(se em seg. vida ou S. Soc. Fac.)

ou 370.000\$00 (se em energias renováveis)

Não casados — até 140.000\$00, ou 160.000\$00 (se em seg. vida ou S. Soc. Fac.)

ou 230.000\$00 (se em energias renováveis) e como limites mínimos:

— Casados — 140.000\$00

— Não casados — 70.000\$00

● Deduções à Colecta — Art.º 80.º

— Casados — 44.000\$00

— Não casados — 29.000\$00

— Sep. de facto — 22.000\$00

— Dependentes — 16.000\$00

— Elevação em 50% quando deficientes com

60% ou mais de grau de incapacidade.

● Benefícios Fiscais

— PPR — 20% do rendimento global ou 500.000\$00 por sujeito passivo

— PPH — 320.000\$00 por agregado familiar

Deficientes

Isenções de

— Categoria A — 50% do rendimento de trabalho

— Categoria H — 30% do rendimento das pensões

TAXAS

Artigo 71.º

RENDIMENTO COLECTÁVEL (contos)	TAXA %	PARCELA A ABATER (escudos)
Até 860	15	0\$
+ 860 até 2.010	25	86.000\$
+ 2010 até 5.160	35	287.000\$
Superior a 5.160	40	545.000\$

Orçamento de Estado para o ano de 1994

A proposta de Orçamento de Estado para o ano de 1994 inclui a alteração do limite de 1600 contos dedutível do rendimento colectável e introduz limites no art.º 44.º do Código dos Benefícios Fiscais, até agora inexistentes. Em virtude de discordar dos princípios e níveis adoptados, a ADFA fez conhecer a sua posição ao Ministério da Defesa Nacional, à Assembleia da República e ao Secretário Nacional de Reabilitação. O Senhor Secretário de Estado da Defesa oficiou já à ADFA que está a levar o assunto em consideração, tendo encetado diligências junto do Ministério das Finanças. Transcreve-se a seguir a síntese da argumentação e posição adoptada:

no Estatuto da Aposentação, as pensões dos deficientes militares têm um cariz essencialmente indemnizatório.

Esta natureza jurídica destas pensões deve levar à completa não tributação em imposto sobre o rendimento, nos termos do art.º 13.º do Código, à semelhança do que recentemente se entendeu acerca dos abonos e prestação suplementar de invalidez.

Por outro lado, impõe a Lei de Bases da Reabilitação que o sistema fiscal consagre benefícios que possibilitem às pessoas com deficiência a sua plena participação na comunidade.

Também, internacionalmente, se defende a implementação do princípio da não tributação das pensões/indenizações dos deficientes militares.

No que se refere aos rendimentos do trabalho impõe-se, como já se referiu, o princípio da concessão de benefi-

os por forma a possibilitar ao deficiente a sua reinserção e plena participação comunitária.

Relativamente aos DFA's no activo há razão muito acrescida dado o paralelo que deve estabelecer-se com os DFA'S na reforma extraordinária.

Os deficientes com grau de incapacidade superior a 60% que auferem rendimentos das categorias A e B encontram-se em situação idêntica à dos pensionistas com igual grau de incapacidade, devendo por uma questão de coerência do sistema e de respeito pelo princípio da igualdade, estabelecer-se um tratamento paralelo.

Face ao exposto preconiza-se que:

a) as pensões dos deficientes militares deverão estar isentas de tributação em IRS por terem uma natureza jurídica essencialmente indemnizatória, acolhendo-se deste modo

no princípio estabelecido no n.º 1 do art.º 13.º do CIRS;

b) É expectativa legítima dos deficientes militares, face àquele princípio e à prática adoptada, que as suas pensões sejam gradualmente retiradas à tributação em IRS;

c) Para que se mantenham os níveis de não tributação anteriores será necessário elevar os limites propostos quer no artigo 51.º do CIRS, onde pelo menos se deverá manter o montante anterior (1600 contos), quer no n.º 1 do artigo 44.º do E.B.F. cuja alínea b) não poderá ter um limite inferior a 2000 contos e cuja alínea a) deverá acolher o princípio atrás referido (dedução de 50% até ao limite do vencimento base do cargo de Primeiro-Ministro, reduzindo-se o benefício na mesma proporção em que os rendimentos forem superiores à totalidade daquele vencimento).»

Aumento de pensões

As pensões de invalidez e velhice do regime geral foram aumentadas em 5%, estabelecendo-se o valor mínimo no montante de 26 200\$00 e um aumento também mínimo de 1500\$00. Para as pensões de sobrevivência do regime geral foi igualmente estabelecida uma actualização que tem por base o aumento daquelas.

Estas actualizações constam da Portaria 1237/93 de 2DEZ que também procede a aumentos nas pensões de outros regimes. É de salientar que esta portaria dispõe que o «suplemento de pensão a grandes inválidos» é convertido em «subsídio por assistência de terceira pessoa». Destaca-se este pormenor por denotar a preocupação de alteração de mentalidades pela qual a ADFA diariamente se determina, sendo a mudança significativa para o respeito e dignificação da pessoa com deficiência. Transcrevem-se adiante os aspectos que se nos afiguram mais importantes desta portaria:

3.º — Actualização das pensões de invalidez e de velhice

1 — As pensões de invalidez e de velhice do regime geral iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 1993 são actualizadas para o valor resultante da aplicação da percentagem de 5% ao respectivo quantitativo mensal.

2 — A aplicação do disposto no n.º 1 não prejudica, em caso algum, a garantia dos valores mínimos estabelecidos nos números seguintes.

4.º — Valor mínimo dos aumentos

Da actualização das pensões de invalidez e de velhice do regime geral, nos termos dos n.º 3.º, não pode resultar, em caso algum, aumento inferior a 1500\$.

5.º — Valor mínimo de pensão dos pensionistas de invalidez e de velhice

1 — Aos pensionistas de invalidez e de velhice do regime geral é garantido um valor mínimo de pensão no montante de 26 200\$, sem prejuízo, porém, da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 44.º do Decreto-lei n.º 329/93, de 25 de Setembro.

2 — Aos beneficiários dos regulamentos especiais de segurança social referidos na alínea b) do n.º 2.º é aplicável o disposto no número anterior.

6.º — Actualização das pensões de sobrevivência

1 — As pensões de sobrevivência do regime geral iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 1993 são actualizadas por aplicação das percentagens regulamentares às pensões de invalidez e de velhice que lhes servem de base de cálculo, segundo o valor que para estas resulta da aplicação, no respectivo quantitativo mensal, das percentagens de actualização previstas no presente diploma.

2 — A regra de actualização definida no número anterior é igualmente aplicável:

a) As pensões de sobrevivência iniciadas a partir de 1 de Janeiro de 1993, desde que o óbito que lhes deu origem se tenha verificado em data anterior;

b) As pensões de sobrevivência resultantes de óbitos verificados em data anterior à do início de vigência do presente diploma e correspondentes a pensões de invalidez ou de velhice iniciadas até 31 de Dezembro de 1992.

7.º — Valor mínimo de pensão dos pensionistas de sobrevivência

1 — Nenhuma pensão de sobrevivência pode ter valor inferior ao que resulta da aplicação da respectiva percentagem regulamentar ao valor mínimo garantido aos pensionistas de invalidez e de velhice nos termos estabelecidos no n.º 5.º, n.º 1.

2 — Da actualização das pensões de sobrevivência do regime geral, nos termos do n.º 1, não pode resultar, em caso algum, aumento inferior ao quantitativo do produto de 1500\$ pela percentagem regulamentar estabelecida.

8.º — Actualização das pensões limitadas

As pensões do regime geral limitadas por aplicação das normas reguladoras da acumulação de pensões de diferentes regimes de enquadramento obrigatório de protecção social iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 1993 são actualizadas em 5%.

9.º — Actualização das pensões reduzidas

1 — As pensões do regime geral iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 1993 e reduzidas proporcionalmente em consequência do recurso a períodos contributivos de outros regimes, por força do disposto na lei por aplicação de instrumentos internacionais, são actualizadas em 5%.

2 — O disposto no n.º 1 é aplicável, sem prejuízo da garantia do valor mínimo fixado no n.º 5.º, n.º 1, quando as pensões não forem auferidas em acumulação com outras.

14.º — Actualização das pensões do regime não contributivo

1 — O quantitativo mensal das pensões de invalidez e de velhice do regime não contributivo é fixado em 16 600\$.

2 — As pensões de viuvez e de orfandade do regime não contributivo são actualizadas para o valor que resulta da aplicação das percentagens regulamentares em vigor no regime geral ao montante fixado no n.º 1.

19.º — Suplemento de pensão a grandes inválidos

1 — O quantitativo mensal do suplemento de pensão a grandes inválidos é fixado nos montantes seguintes:

a) Para pensionistas de invalidez e de velhice geral, 9250\$;

b) Para pensionistas de invalidez, de velhice e de sobrevivência do regime especial das actividades agrícolas e do regime não contributivo e regimes equiparados, 7800\$.

2 — A partir de 1 de Janeiro de 1994 e nos termos do artigo 110.º do Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, o suplemento de pensão a grandes inválidos a que se refere a alínea a) do n.º 1 é convertido em subsídio por assistência de terceira pessoa.

20.º — Subsídio por assistência de terceira pessoa

O quantitativo mensal do subsídio por assistência de terceira pessoa atribuído aos pensionistas de sobrevivência do regime geral é fixado em 9250\$.

21.º — Complemento de pensão por cônjuge a cargo

O valor mensal do complemento de pensão por cônjuge a cargo é fixado em 4020\$, sem prejuízo de valores superiores que estejam a ser atribuídos.

22.º — Entrada em vigor

O presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1993.

Porto 19.º Aniversário



Na sede da delegação do Porto, comemorou-se o seu 19º Aniversário, no passado dia 7 de Dezembro. Além de mais de 100 pessoas presentes, entre sócios, familiares e membros dos órgãos da delegação, juntaram-se-lhe, a viver esta efeméride, elementos da MAGN, da Direcção Central e do Conselho Nacional eleitos por Lisboa, assim como elementos da delegação de Famalicão. Após as intervenções dos membros dos Órgãos Centrais e da delegação, seguiu-se uma castiça Noite de Fados.

Órgãos Sociais dão continuidade ao programa de reuniões descentralizadas

Os Órgãos Sociais da Delegação, no âmbito do seu programa de acção associativa, deram continuidade nos meses de Outubro e Novembro ao plano de reuniões com os seus associados, tendo-se deslocado em Outubro a Chaves, Vila Real e Vila Meã (AMARANTE), e em Novembro, a Arco de Baulhe (CABECEIRAS DE BASTO), Valença e Ponte da Barca.

Este programa coordenou com uma reunião em Arouca, já no mês de Dezembro.

Concluído este plano de dinamização associativa, verificámos que os objectivos a que nos propusemos foram alcançados, constatando-se que os sócios estão motivados para uma participação associativa activa e que estão plenamente conscientes do desafio que à ADFA se colocam, apresentando diversas ideias quanto à concretização dos problemas em causa.

No próximo «ELO» apresentaremos um balanço com as principais conclusões e propostas apresentadas.

Chaves

— Manifestada a vontade de reactivar o Núcleo

Mais de 30 sócios, alguns dos quais acompanhados pelas respectivas esposas, compareceram a uma reunião que se realizou no passado dia 23 de Outubro, numa sala cedida pelos Bombeiros Voluntários de Chaves, disponibilizada pela respectiva Direcção, a quem se manifesta público agradecimento.

Esta reunião, aguardada com alguma expectativa dados os temas agendados, correspondeu ao interesse esperado e foi largamente proveitosa, pois permitiu estabelecer uma ligação associativa com muitos dos sócios da região.

O encontro iniciou-se com informações sobre alguns dos direitos usufruídos pelos deficientes militares, nomeadamente os relacionados com os novos cartões de Assistência médica e medicamentosa, a compra de carros com isenção do imposto automóvel, a isenção de propinas de exame e frequência, o desbloqueamento de escalões e os subsídios escolares. Esta matéria mereceu um interessante debate tendo alguns dos sócios presentes incentivado os Órgãos Sociais da nossa associação a continuarem a sua acção reivindicativa procurando a obtenção de um estatuto condigno para todos aqueles que se deficientaram durante os longos anos da guerra colonial, independentemente da natureza dos acidentes, e pensões preço de sangue para as viúvas de todos os deficientes militares, a fim de salvaguardar as famílias.

A Mesa, constituída por Abel Fortuna e Luís Noronha, da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, e por Albino Maia, representante do Conselho Nacional, informou sobre as principais actividades a nível nacional e local, tendo merecido a atenção dos sócios, os quais a propósito da realização da 6.ª Conferência Mundial da FMAC sobre Legislação, voltaram a reafirmar a necessidade de os auscultar sobre quais deverão ser as recomendações a apresentar pela ADFA.

No último tema: sugestões e críticas, foram abordados os aspectos relacionados com o funcionamento do Núcleo, que se encontra inactivo. Alguns sócios manifestaram vontade para que o mesmo possa ser novamente activado desde que localmente sejam criadas as condições necessárias e esse seja o desejo expresso por parte da maioria dos sócios residentes na zona. Porém, este assunto terá de ser tratado em nova reunião que inclua na sua ordem de trabalhos este assunto.

Vila Real

— Sócios e esposas participantes activos na reunião

Foi uma agradável surpresa verificar que os 34 sócios que responderam à chamada para a reunião que se realizou na tarde do passado dia 23 de Outubro, em Vila Real, se faziam acompanhar das esposas, que se manifestaram participantes activas no decorrer da mesma, fazendo perguntas e mostrando-se interessadas em conhecer os aspectos relacionados com os assuntos tratados.

A reunião foi dirigida pelos elementos da Mesa da Assembleia Geral da Delegação Abel Fortuna e Luís Noronha, e por Albino Maia, representante efectivo ao Conselho Nacional.

Sobre os assuntos que constituíram o primeiro tema da ordem de trabalhos, direitos dos deficientes militares, foram algumas as opiniões apresentadas sobre o que consideram serem injustiças a reparar, tal como as que se prendem com os deficientes em serviço e os que tendo os seus acidentes qualificados como «em Campanha» não são deficientes das Forças Armadas por terem ido a juntas médicas depois da publicação do Dec.-Lei 43/76 e terem menos de 30% de incapacidade, situação que foi considerada discriminatória relativamente aos que tiveram as suas juntas antes da saída daquele decreto. Mais tarde, quando foi abordada a realização da próxima 6.ª Conferência Mundial da FMAC sobre Legislação, foi salientada a oportunidade de as recomendações a apresentar pela ADFA representarem a correcção das injustiças.

Depois de dadas a conhecer as principais actividades a levar a cabo pelos Órgãos Sociais Nacionais e da Delegação, seguiu-se o atendimento de muitas questões de carácter pessoal apresentadas por muitos dos presentes.

A reunião decorreu numa sala dos Bombeiros Voluntários da Cruz Verde, a quem se agradece a gentileza da referida cedência.

Valença — Sócios solidários e participantes:

Eram 10:30h da manhã do dia 27 de Novembro quando os três representantes dos Órgãos Sociais da Delegação, Abel Fortuna, Luís Noronha e Nicolau Azevedo, chegaram aos Bombeiros Voluntários de Valença.

Doze dos dezoito sócios dos concelhos de Valença, Melgaço, Monção, V.N. Cerveira e de Paredes do Coura, aguardavam o início de reunião que se realizou numa sala gentilmente cedida pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários daquela localidade.

Apesar do frio, a reunião decorreu em ambiente de grande calor humano e à medida que os assuntos foram debatidos, foi sentido um grande espírito de solidariedade entre os presentes.

Para além da troca de informações, da recolha de novos conhecimentos sobre a melhor forma de usufruir dos direitos consagrados, da tomada de conhecimento das principais actividades associativas, ficou bem patente a necessidade de realização de reuniões deste género, pois só através da participação associativa, se poderá alcançar os objectivos propostos pela ADFA.

Trocados os últimos abraços de despedida, ficou a promessa de retorno no futuro a este canto do Minho.

Ponte da Barca — reunião bastante participada

A representação dos Órgãos Sociais da Delegação, depois de deixar Valença, chegou a Ponte da Barca, onde se reuniu pelas 15:00h com sócios deste concelho e ainda de Arcos de Valdevez e de Ponte de Lima. Aqui, juntou-se ainda Jaime Ferreri, membro do Conselho Nacional da ADFA.

Compareceram à reunião trinta e oito sócios, entre os quais algumas viúvas.

Foi mantida ao longo de toda a reunião, uma ampla troca de opiniões sobre os temas debatidos, tendo-se constatado, tal como em outras reuniões, um sentido de se eliminarem algumas injustiças que ainda existem, nomeadamente no que respeita aos deficientes em serviço e às viúvas. Mais

uma vez, foi expressa a necessidade de nos mantermos unidos em redor da ADFA, para mais facilmente alcançarmos os nossos objectivos.

A reunião realizou-se numa sala gentilmente cedida pelos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca.

Vila Meã (Amarante): Forte participação

36 associados responderam à chamada, comparecendo à reunião efectuada na tarde do dia 30 de Novembro, numa sala gentilmente cedida pelos Bombeiros Voluntários de Vila Meã. Esta reunião destinou-se aos sócios dos concelhos de Amarante, Felgueiras, Marco de Canaveses, Baião e Penafiel.

Os assuntos abordados, tal como nas outras reuniões descentralizadas, foram:

— Informações sobre alguns dos direitos que nos estão consagrados (ADME's, Escalões, viatura própria e benefícios escolares).

— Informação sobre as actividades de âmbito local e nacional (Aniversário da Delegação, Ajustec. Inauguração da Nova Sede e a 6.ª Conferência Mundial da FMAC sobre Legislação);

Auscultar as sugestões e críticas dos associados, os sócios levantaram diversas questões sobre os temas apresentados e manifestaram especial preocupação quanto à situação dos Deficientes em Serviço, ao Estatuto actual das Pensões de Preço de Sangue, manifestando-se solidários quanto à necessidade de se melhorar as condições da actual situação.

À reunião estiveram presentes em representação dos Órgãos Sociais, Abel Fortuna, Luís Noronha, Sequeira Ferreira e Albino Maia.

Arco de Baulhe A primeira reunião nesta localidade

Efectuou-se pela primeira vez nesta localidade do Arco de Baulhe no passado dia 13 de Novembro, uma reunião com os sócios residentes nos concelhos de Fafe, Cabeceiras de Basto, Modim de Basto, Celorico de Basto e Ribeira de Pena. Compareceram 20 sócios, tendo a reunião sido realizada no Salão da Associação Recreativa e Cultural do Arco de Baulhe, cuja cedência se agradece publicamente.

Também nesta reunião foram apresentados os temas relacionados com os nossos direitos e dadas a conhecer as principais actividades que em breve terão lugar, no plano local e nacional.

Houve por parte de todos os participantes uma vontade de colaborar nas iniciativas da ADFA e mostraram-se solidários quanto à necessidade de obtenção de melhores condições para os Deficientes em Serviço. A este respeito, um dos sócios presentes apontou para a obrigatoriedade de se manter a luta pela conquista de um estatuto que abranja todos os Deficientes Militares.

Em representação dos Órgãos Sociais da Delegação estiveram presentes Abel Fortuna e Albino Maia.

Arouca — A ADFA reúne pela primeira vez nesta área

Pela primeira vez a ADFA reuniu-se em Arouca com os sócios deste concelho e ainda os de Vale de Cambra e de Castelo de Paiva. Aconteceu este facto na manhã de 1 de Dezembro, tendo estado presentes uma dezena de sócios que primeiro se reuniram ao ar livre e depois numa sala dos Bombeiros Voluntários de Arouca, participando activamente e mostrando-se satisfeitos por poderem comunicar e conviver com os elementos dos Órgãos Sociais da Delegação, Abel Fortuna e Luís Noronha, que ali se deslocaram.

O ambiente e o espírito postos não foram diferentes dos sentidos em outras reuniões, antes demonstrativos de que todos estamos atentos e desejamos uma ADFA cada vez mais forte.

APOIO AOS SOCIOS NA COMPRA DE VIATURAS

A Delegação mantém em funcionamento um serviço para apoio aos sócios que pretendam adquirir viatura própria.

Este serviço que funciona em articulação com uma empresa do ramo automóvel, permite facilitar a compra aos sócios que se encontram abrangidos pela legislação em vigor e que, por isso, beneficiam da Isenção de Impostos.

Até através deste serviço é possível adquirir as viaturas de qualquer marca e modelo, em condições de simplificação burocrática.

Os interessados deverão contactar o G.A.O.S. pessoalmente ou através do telefone n.º 820403.

COMEMORAÇÕES EM COIMBRA

A 1ª Jornada Europeia das Pessoas com Deficiência foi celebrada no passado dia 3 de Dezembro. A Comunidade Europeia organizou diversas iniciativas neste âmbito. A mais espectacular foi a realização dum Parlamento Europeu das Pessoas com Deficiência, em Bruxelas. Por um dia, 518 pessoas deficientes, provenientes dos 12 estados membros, tomaram o lugar dos deputados europeus,

O Secretariado Nacional de Reabilitação organizou uma série de actividades culturais, artísticas, desportivas e recreativas, na cidade de Coimbra, entre os dias 2 e 4 de Dezembro, sob o nome de "Reabilitação 90-1993, *Uma Sociedade Para Todos*". As actividades iniciaram-se com a inauguração de uma exposição documental no átrio principal dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Decorreu no mesmo local um Seminário e várias mesas-redondas onde foram apresentados os seguintes painéis: Educação, Emprego e Formação Pro-



Mesa redonda

fissional, Acção Social, Saúde, Juventude, Projecto de Desenvolvimento de âmbito Social do Distrito de Coimbra- PDAS.

Consideramos que os painéis apresentados neste Seminário foram tratados de uma maneira demasiado técnica, perceptível pelas pessoas que gravitam à volta das questões da Reabilitação mas com alguma dificuldade de compreensão para o grande público que é, e deve ser também, interessado nestas questões. Por outro lado os temas ali apresentados pouco eco tiveram na opinião pública via órgãos de comunicação social.

Os técnicos intervenientes apontavam as soluções técnicas em cada área do painel, abordando muito sucintamente as dificuldades de aplicação no terreno daqueles princípios. Esqueceram-se quase sempre das dificuldades sócio-culturais que afectam as pessoas com deficiência. Estes painéis deviam ser mistos isto é, contar com a participação de técnicos mas também de pessoas com deficiência individualmente ou como representantes de ONG's, que vivem no quotidiano as dificuldades de ser uma pessoa com deficiência. Num País como Portugal que, apesar de fazer parte da União Europeia, ainda contém em si grandes bolsas de pobreza e marginalização.

Não se infira daqui que estamos contra a formulação técnica das questões de reabilitação, pretendemos somente chamar a atenção de que a prática está muitas vezes distante da teoria e que é necessário uma grande dose de pragmatismo para se encontrarem os equilíbrios entre a teoria e a prática, dentro do espírito de "Total Participação e Igualdade".

O Slogan "Uma Sociedade Para Todos" constitui um objectivo avançado, que exige das organizações de e para deficientes um esforço acrescido para materializar, aquele princípio a par do esforço desenvolvido pelos técnicos e serviços oficiais ligados à Reabilitação.

A 1ª Jornada Europeia das Pessoas com Deficiência foi celebrada no passado dia 3 de Dezembro.

A motivação geral desta jornada foi chamar a atenção das instituições europeias e das autoridades nacionais e do público para os esforços que ainda é preciso realizar para se conseguir uma verdadeira integração das pessoas deficientes, este ano o objectivo particular foi o de promover o respeito pelos Direitos Humanos para a pessoa deficiente, de referir que em certas regiões da Europa houve um crescimento de actos de violência contra as pessoas deficientes.

A ideia de um dia Internacional para as pessoas deficientes foi lançada pelas Nações Unidas no dia 16 de Dezembro de 1992. A Comunidade Europeia organizou diversas iniciativas neste âmbito, a mais espectacular foi a realização dum Parlamento Europeu das Pessoas Deficientes, no dia 3 de Dezembro, em Bruxelas. Por um dia, 518 pessoas deficientes, provenientes dos 12 estados membros, tomaram o lugar dos deputados europeus, tendo eles próprios autorizado excepcionalmente esta reunião no seu hemiciclo de Bruxelas. O novo edifício do Parlamento Europeu não tem barreiras arquitectónicas, o que deve ser único em toda a Europa.

A Comissão das Comunidades Europeias organizou esta Jornada no âmbito do Programa Helios, com o apoio unânime dos seus órgãos consultivos. Foram as organizações não governamentais membros do Forum Europeu das pessoas deficientes que tomaram a iniciativa desta manifestação.

REPRESENTAÇÃO PORTUGUESA

A representação portuguesa a este evento levantou muita polémica e foi assunto de acasas discussões, no final das mesmas a ADFA considerou não



Exposição em Coimbra

estarem preenchidas as condições para participar nas acções que a UCNOD estava a organizar a nível nacional, assim como para a deslocação ao Parlamento Europeu, em virtude de a UCNOD não ter informado atempadamente. A este propósito o "ELO" pediu depoimentos de cin-

nizou uma série de actividades culturais, artísticas, desportivas e recreativas, na cidade de Coimbra, entre os dias 2 e 4 de Dezembro, sob o "slogan" de "Reabilitação 90-1993, *Uma Sociedade Para Todos*". Esta iniciativa tinha como objectivo celebrar a nível nacional o Dia Inter-



Aspecto da Assistência na tomada de Posse do CNR

co organizações que publicamos na página seguinte.

COMEMORAÇÕES EM COIMBRA

O Secretariado Nacional de Reabilitação orga-

nacional da Pessoa com Deficiência,

As actividades iniciaram-se com a inauguração de uma exposição documental no átrio principal dos Hospitais da Universi-

Dia Internacional do Deficiente

A 1ª Jornada Europeia das Pessoas com Deficiência foi celebrada no passado dia 3 de Dezembro.

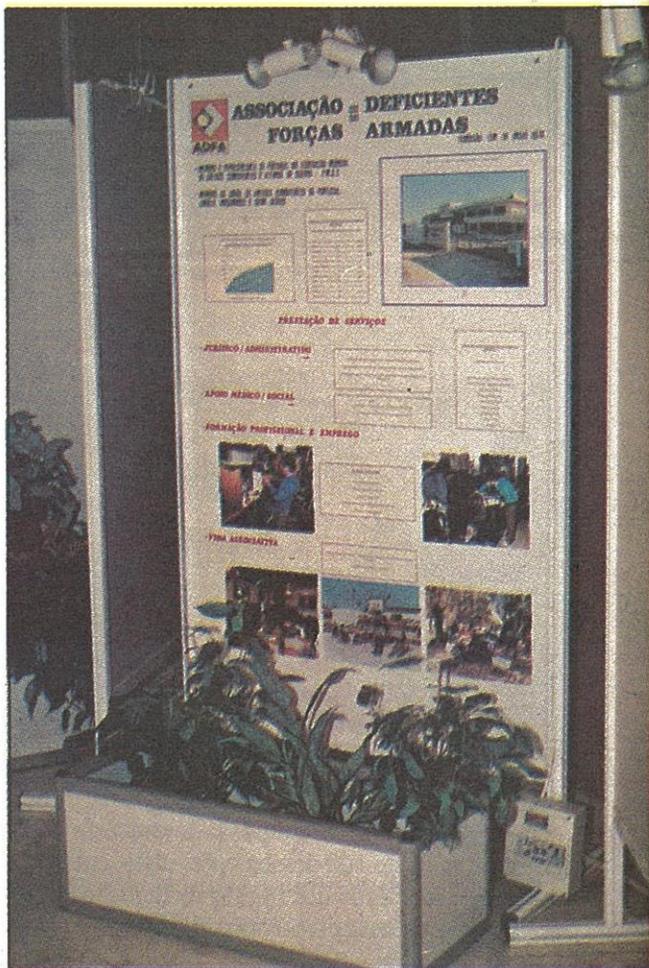
A motivação geral desta jornada foi chamar a atenção das instituições europeias e das autoridades nacionais e do público para os esforços que ainda é preciso realizar para se conseguir uma verdadeira integração das pessoas deficientes, este ano o objectivo particular foi o de promover o respeito pelos Direitos Humanos para a pessoa deficiente, de referir que em certas regiões da Europa houve um crescimento de actos de violência contra as pessoas deficientes.

A ideia de um dia Internacional para as pessoas deficientes foi lançada pelas Nações Unidas no dia 16 de Dezembro de 1992. A Comunidade Europeia organizou diversas iniciativas neste âmbito, a mais espectacular foi a realização dum Parlamento Europeu das Pessoas Deficientes, no dia 3 de Dezembro, em Bruxelas. Por um dia, 518 pessoas deficientes, provenientes dos 12 estados membros, tomaram o lugar dos deputados europeus, tendo eles próprios autorizado excepcionalmente esta reunião no seu hemiciclo de Bruxelas. O novo edifício do Parlamento Europeu não tem barreiras arquitectónicas, o que deve ser único em toda a Europa.

A Comissão das Comunidades Europeias organizou esta Jornada no âmbito do Programa Helios, com o apoio unânime dos seus órgãos consultivos. Foram as organizações não governamentais membros do Forum Europeu das pessoas deficientes que tomaram a iniciativa desta manifestação.

REPRESENTAÇÃO PORTUGUESA

A representação portuguesa a este evento levantou muita polémica e foi assunto de acesas discussões, no final das mesmas a ADFA considerou não



Exposição em Coimbra

estarem preenchidas as condições para participar nas acções que a UCNOD estava a organizar a nível nacional, assim como para a deslocação ao Parlamento Europeu, em virtude de a UCNOD não ter informado atempadamente. A este propósito o "ELO" pediu depoimentos de cin-

nizou uma série de actividades culturais, artísticas, desportivas e recreativas, na cidade de Coimbra, entre os dias 2 e 4 de Dezembro, sob o "slogan" de "Reabilitação 90-1993".

Uma Sociedade Para Todos". Esta iniciativa tinha como objectivo celebrar a nível nacional o Dia Inter-



Aspecto da Assistência na tomada de Posse do CNR

co organizações que publicamos na página seguinte.

COMEMORAÇÕES EM COIMBRA

O Secretariado Nacional de Reabilitação orga-

nacional da Pessoa com Deficiência,

As actividades iniciaram-se com a inauguração de uma exposição documental no átrio principal dos Hospitais da Universidade de Coimbra, que tinha por objectivo informar sobre os serviços, programas, projectos e acções no contexto da política de reabilitação e proporcionar momentos de reflexão técnica e de partilha de experiências. Preendeu-se também promover actividades culturais, creativas e desportivas e vulgar o papel e as acções desenvolvidas pelas organizações não Governamentais que intervêm nos domínios da deficiência e da reabilitação. A ADFA fez-se representar nesta exposição.

Realizaram-se uma série de Mesas Redondas e seminários subordinadas a diversos temas, assim como um Seminário, que já referimos anteriormente, subordinado ao tema "Uma Sociedade Para Todos", que decorreu no dia 03 no auditório do Hospital da Universidade no qual foram apresentados os seguintes painéis: Educação, Emprego e Formação Profissional, Acção Social, Saúde, Juventude, Projecto de Desenvolvimento de âmbito social do Distrito de Coimbra- PDAS

Deslocou-se a Coimbra uma Delegação da ADFA composta pelos membros residentes da Direcção

ção de Projectos, ten. cor. Lopes Dias; e em representação do Serviço de Acção Social, Dr.ª. Fátima Almeida;

CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

No dia 2 de Dezembro decorreu uma cerimónia no Palácio Foz, onde tomaram posse os membros do Conselho Nacional de Reabilitação de que o presidente da Direcção Central da ADFA é membro.

No discurso que proferiu o representante da ADFA pediu o alargamento do CNR, de forma a que mais ONG's nele participem. Pediu também que os apoios financeiros que as ONG's recebem deixem de o ser a título excepcional e passem a constar do Orçamento Geral do Estado.

Nesta cerimónia foi assinado também um despacho conjunto pelos Ministérios da Educação, das Obras Públicas, Transportes e Comunicação, da Saúde e do Emprego e da Segurança Social, que dá à luz o Novo Plano Nacional de Reabilitação até ao ano 2000, lembramos que este plano foi anunciado pelo Primeiro Ministro, em primeira mão, na inauguração da Nova Sede.

A coordenação deste Plano é assegurado pelo Ministro do Emprego e Segurança Social. Neste despacho, que foi publicado no DR. de 20/12/93, pode-se ler a determinado ponto que: "Assumindo relevância especial a definição dos grandes objectivos do referido Plano e tomando como referência a meta «Uma sociedade para todos» até e para além do ano 2000, proposta pela ONU, é imperioso relevar a capacidade valorativa dos sistemas chave que enquadram nas suas responsabilidades áreas de intervenção fundamentais, a saber: Saúde; Educação; Formação Profissional; Emprego; Segurança Social; Transportes; Habitação; Comunicações e Obras Públicas."

COMEMORAÇÕES NA AMADORA

A Câmara Municipal da Amadora organizou, na tarde do dia 04 de Dezembro, com a colaboração das associações de deficientes sediadas no Concelho, AFID, ANGORAMA, Associação de Surdos Mudos, APD e CERCIA-MA, uma sessão cultural e debate, com proposta de reflexão na comemoração do Dia Internacional do Deficiente, sobre o tema "Um dia para promover os Direitos Humanos de todos os Deficientes".

A autarquia Amadorese tem-se evidenciado pelo apoio concedido às organizações de e para deficientes do concelho o que, aliás, foi salientado por diversos intervenientes no debate mas, decidida e ultimamente, tem apostado na divulgação da temática e da problemática da deficiência, junto da opinião pública local e recordamos que, além deste evento, já nos passados dias 03 e 04 de Julho levava a efeito uma actividade que envolveu um filme, debates, prática desportiva para deficientes e uma sessão cultural. ELO fez-se eco também deste acontecimento na sua edição de Julho e parece-nos, por serem tão raras estas manifestações de autarquia em prol da reabilitação e integração da pessoa deficiente, nunca ser demais realçá-las.

A sessão iniciou-se pelas 15h00, no Auditório Municipal, no Edifício dos Passos do Concelho, com uma introdução efectuada pela Dr.^a Inácia Moisés que resumidamente explicou o porquê do Dia Internacional do Deficiente e o interesse da Câmara da Amadora e o tipo de acto que se estava a desenrolar. Seria também ela que apresentaria a parte cultural com que se iniciou o programa e que seria moderadora no debate que posteriormente se A parte mais voltada para a área recreativa e cultural iniciou-se com um "sketch" de mímica apresentada por membros da Associação Cultural de Surdos Mudos da Amadora, que apresentaram um divertido tema de Natal relacionado com encomendas recebidas numa estação da CP. Veio depois a dança executada pelas crianças da CERCIA Lisboa que deram à sessão um toque de frescura e graciosidade tão peculiar na geração mais jovem.

O debate iniciou-se com uma intervenção do Presidente da UCNOD, Dr. Orlando Alves, que apresentou, a

seu ver, as maiores lacunas que na sociedade portuguesa os deficientes encontram atentatórias dos seus elementares direitos humanos. Orlando Alves dividiu as preocupações essenciais existentes em três grandes áreas: barreiras arquitectónicas, com a falta de implementação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGU) que obsta à construção de edifícios para todos com total acessibilidade e mobilidade; a área da Saúde, cada vez mais cara, portanto proibitiva para as classes mais desfavorecidas onde se encontra grande parte dos deficientes, além dos problemas existentes na prescrição de próteses e ortóteses, deixando para o final a questão do emprego e formação, que começam a penalizar os deficientes por duas vias, a primeira e sobretudo para os que vivem no interior, na dificuldade do acesso à educação e à formação e que os coíbe de concorrer no mercado de trabalho em igualdade de oportunidades, e aqueles que, por serem deficientes, são alvos prioritários dos empregadores quando se trata de encontrar quadros excedentários e trabalhadores com dificuldade de adaptação ao seu posto de trabalho.

Em representação da APD, tomaria a palavra seguidamente o Eng.^o Franco Carretas que incidiu a sua proposição nas linhas essenciais desenvolvidas pelo orador anterior, saindo da sua locução a alegoria do cinzeiro partido em três partes, volta a poder desempenhar as funções para que foi construído e as mesmas três partes forem coladas às outras sendo, portanto, cada uma delas indissociável das restantes, afirmando que no processo de reabilitação se passa algo de idêntico pois se não assentar na coexistência das três vertentes: sensibilização, consciencialização, resolução dos problemas, cada uma delas por si nada pode, só as três conjuntamente podem dar fruto. Quem tem a capacidade de resolver os problemas, se não estiver nem sensibilizado nem consciencializado, pode fazer leis e diplomas mas a sua aplicabilidade é praticamente nula.

Iniciou-se então a participação dos presentes, tendo a primeira intervenção pertencido à nossa associação, convidada para a sessão e nela representada pelo 1.^o Secretário da Direcção Central, Sr. Patuleia Mendes, que depois de salientar a valia deste tipo de eventos realizado pelas autarquias, a função da ADFA no Grupo de Diálogo e a sua forma de estar por, democraticamente eleita, conjuntamente com a UCNOD, para ser representante das ONG's no Conselho Nacional de Reabilitação, diria que a barreira mais difícil que os deficientes encontram por vencer é a cultural, mais complicada ainda do que as arquitectónicas, estas têm ou podem ter resolução técnica e séculos de visão deformada, quase sempre marginalizante da deficiência por interiorizada na mente humana, essa sim é a mais difícil de banir e ela própria é culpada de todas as outras barreiras que lhe são acessórias, porque não se constrói nem se pensa socialmente imaginando a sociedade para todos que consigna o Artigo 71 da Constituição da República Portuguesa, e diria, evocando o Grupo de Dança da CERCIA de Lisboa, "nós os responsáveis associativos sobretudo aqueles a quem a deficiência mais pesa, tal como os pais, devemos sensibilizar políticos, autarcas e a comunidade em geral para o problema destas crianças incapazes de se defenderem e de se prepararem para a vida, porque estas flores têm direito como as outras de criarem raízes e constituírem-se em árvores frondosas, não em arbustos menores cujas ramas servem para fazer vassouras ou simplesmente para queimar."

Seguiram-se intervenções de pais de deficientes profundos e de dirigentes do ELO SOCIAL, AMORAMA e APD da Amadora, tendo sobressaído das intervenções havidas as questões que têm que ver com o futuro das hoje crianças e jovens deficientes profundos aquando da falta dos pais, a necessidade da implementação do cartão de deficiente e um empenhamento em todas as matérias que à reabilitação dizem respeito por parte do Secretariado Nacional de Reabilitação, órgão a quem compete e, no dizer dos intervenientes, deveria competir mais, toda a política nacional de reabilitação.

Encerrou a sessão o representante da Câmara Municipal da Amadora, Vereador do Pelouro da Acção Social, António Mira, que evidenciou o empenho da autarquia no relacionamento com as organizações de deficientes e o apoio directo à respectiva problemática, tendo divulgado que recentemente a Câmara Municipal celebrara um Protocolo com a AMORAMA para a utilização de um transporte próprio para pessoas deficientes que se encontra já em utilização e que servirá todos os deficientes do Concelho em articulação e programação feita por esta associação de pais de pessoas deficientes. A findar, António Mira, dir-nos-ia algo que nos tocou e incentivou: "Só é vencido quem deixa de lutar".



dade de Coimbra. que tinha por objectivo informar sobre os serviços, programas, projectos e acções no contexto da política de reabilitação e proporcionar momentos de reflexão técnica e de partilha de experiências. Pretendeu-se também promover actividades culturais, recreativas e desportivas e divulgar o papel e as acções desenvolvidas pelas Organizações não Governamentais que intervêm nos domínios da deficiência e da reabilitação. A ADFA fez-se representar nesta exposição.

Realizaram-se uma série de Mesas Redondas subordinadas a diversos temas assim como um Seminário, que já referimos atrás, subordinado ao tema "Uma Sociedade Para Todos", que decorreu no dia 03 no auditório do Hospital da Universidade e no qual foram apresentados os seguintes painéis: Educação, Emprego e Formação Profissional, Acção Social, Saúde, Juventude, Projecto de Desenvolvimento de âmbito Social do Distrito de Coimbra- PDAS

Deslocou-se a Coimbra uma Delegação da ADFA composta pelo presidente da Direcção



Central, José Arruda e presidente da Direcção da Delegação de Coimbra, José Maia; pelos responsáveis dos Serviços, Associação Cultural, ten. cor. Jorge Maurício; do Servi-

ço de Projectos, ten. cor. Lopes Dias; e em representação do Serviço de Acção Social, Dr.^a Fátima Almeida;

CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

No dia 2 de Dezembro decorreu uma cerimónia no Palácio Foz, onde tomaram posse os membros do Conselho Nacional de Reabilitação de que o presidente da Direcção Central da ADFA é membro.

No discurso que proferiu o representante da ADFA pediu o alargamento do CNR, de forma a que mais ONG's nele participem. Pediu também que os apoios financeiros que as ONG's recebem deixem de o ser a título excepcional e passem a constar do Orçamento Geral do Estado.

Nesta cerimónia foi assinado também um despacho conjunto pelos Ministérios da Educação, das Obras Públicas, Transportes e Comunicação, da Saúde e do Emprego e da Segurança Social, que dá à luz o Novo Plano Nacional de Reabilitação até ao ano 2000, lembramos que este plano foi anunciado pelo Primeiro Ministro, em primeira mão, na inauguração da Nova Sede.

A coordenação deste Plano é assegurado pelo Ministro do Emprego e Segurança Social. Neste despacho, que foi publicado no DR. de 20/12/93, pode-se ler a determinado ponto que: "Assumindo relevância especial a definição dos grandes objectivos do referido Plano e tomando como referência a meta «Uma sociedade para todos» até e para além do ano 2000, proposta pela ONU, é imperioso relevar a capacidade valorativa dos sistemas chave que enquadram nas suas responsabilidades áreas de intervenção fundamentais, a saber: Saúde; Educação; Formação Profissional; Emprego; Segurança Social; Transportes; Habitação; Comunicações e Obras Públicas."

ASSOCIAÇÕES DEBATEM NO «ELO» A SUA ORGANIZAÇÃO

No ano de 1992 e por altura da comemoração do Dia Nacional do Deficiente, a ADFA promoveu uma jornada de reflexão amplamente participada pelas associações que se dedicam à promoção do direito à reabilitação e à dignidade das pessoas com deficiência, na realidade o surgimento de "Uma Sociedade para Todos".

No ano corrente, mercê de transferência e inauguração da Sede Nacional da ADFA, em oportunidade coincidente com a comemoração do Dia Internacional do Deficiente, foi inenquadrável, e quanto o lastimamos, abrir de novo as nossas portas para mais uma jornada de reflexão e de debate sobre a forma como as diversas ONG's, sobretudo as que têm assento no Grupo Diálogo do SNR, entendem o estar a ser aplicada a Política de Reabilitação em Portugal e como palpita o movimento associativo da área da deficiência.

Assumi o "ELO" a responsabilidade de promover esse debate, trazendo hoje às suas páginas o sentir de algumas dessas organizações, garantindo ir envidar esforços para que outras, em edições futuras, expressem livremente a sua forma de pensar.

O desafio está lançado, as primeiras prestações, baseadas em duas perguntas feitas pelo "ELO", passam a ser transcritas sem comentários, a cada um a análise que couber.

UCNOD

1.ª Pergunta — Como é que a UCNOD viu o Dia Internacional do Deficiente?

Resposta: A situação do deficiente português, quer no campo económico quer no campo da saúde, é degradante. Nos hospitais morre-se por negligência, os poucos deficientes empregados estão a ser despedidos, as próteses e ortóteses não estão a ser concedidas, os subsídios de grande inválido são míseros.

Vemos, portanto, com preocupação, a situação dos deficientes, pelo que nada podemos festejar, até porque se anunciam novas leis que restringem os já poucos direitos dos deficientes.

Comemorar o Dia Internacional do Deficiente em Portugal não pode ser mais do que lamentar o Governo que temos, chorar os deficientes portugueses e lutar pela mudança de política.

2.ª Pergunta — A representação dos deficientes portugueses levantou polémica no Movimento Associativo Internacional. Qual

o posicionamento face ao que aconteceu e como perspectivava o seu futuro?

Resposta: A UCNOD foi eleita pelo «Grupo de Diálogo», organismo estatal coordenado e mantido pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, para representar Portugal no Forum Helios II em Bruxelas.

A UCNOD é convidada pela DPI a organizar a deslocação de 24 deficientes portugueses ao primeiro Parlamento Europeu de Deficientes, a realizar em 3 de Dezembro corrente, o que faz, e algumas associações preparadas e orquestradas para o evento, numa reunião do «Grupo de Diálogo», afastam a UCNOD do Forum Helios II, depois de uma discussão acesa e pouco digna, em que o representante da UCNOD é praticamente impedido de falar, o pouco que diz é tido por mentira e até o representante da ACAPO não se coíbe de lhe chamar traidor.

O «Grupo de Diálogo» não dialoga, ofende e humilha, apenas porque quer ser ele a organizar a viagem a Bruxelas, mas quando a UCNOD negocia e lhe faculta a participação, recusa, faz perder tempo tentando

impedir a UCNOD e à última hora desiste.

Parte do «Grupo de Diálogo» não tem substracto, de nada é capaz, a não ser arruaça, pois até hoje não discutiu um que fosse dos problemas do deficiente, a sua preocupação é liderar o Movimento dos Deficientes. Põe-se em bicos de pés, mas não chega lá, tem ambições mas falta-lhe talento.

A UCNOD, muito bem enquadrada, também, no Movimento Internacional procurará que sejam defendidas regras de admissão no Forum Helios II, o que vai acontecer. Não houve polémica, há entendimento da importância da UCNOD, e o futuro coloca-la-á no lugar a que tem direito.

Quem em menos de 15 dias organiza um Tribunal Cívico sobre Saúde (20 de Novembro), uma Concentração (24 de Novembro), uma Vigília em Lisboa e Porto (3 de Dezembro) e leva ao Parlamento Europeu 24 deficientes (2 e 3 de Dezembro), tudo um êxito, não pode deixar de ser um grande Movimento.

A UCNOD luta e vence, os seus detractores ficarão para trás.

ACAPO

Elo — Como é que a ACAPO viu o Dia Internacional do Deficiente?

Francisco Alves — Num mundo como o nosso, dominado pelos «mass media», é importante haver dias dedicados a determinadas realidades, de forma à comunicação social poder chamar a atenção da opinião pública em geral para essas mesmas realidades. Estes dias conseguem-se através de movimentos de pressão bem organizados e não devemos perder essas oportunidades.

Os cegos, através da sua organização internacional, a União Mundial de Cegos, que é uma das organizações de deficientes mais fortes e há mais tempo a funcionar, conseguiu já impor um dia internacional, o Dia Internacional da Bengala Branca, dia 15 de Outubro, dia que procuramos aproveitar para apelar à sociedade portuguesa para ter em atenção os nossos problemas e encarar-nos de uma outra forma, sem paternalidades e sem marginalização. Por esta razão, não demos tanta importância ao dia 3 de Dezembro, deixando essa oportunidade a outras defi-

ciências ainda não tão bem organizadas.

Elo — Tendo a representação dos deficientes portugueses levantando polémica no movimento associativo internacional, qual o posicionamento da ACAPO, face ao que aconteceu e como perspectiva de futuro?

FA — Sobre este assunto temos a dizer o seguinte:

Deve ser regra de qualquer país manter a discussão dos diversos assuntos ao nível interno, fazendo com que a imagem das nossas querelas, dos nossos pontos de vista diferentes, dos nossos desentendimentos, não saiam de Portugal. É o que todos os países civilizados fazem.

Internamente, tenho a dizer que só haverá movimento verdadeiramente representativo de todos os deficientes no dia em que se respeitar a vontade dos próprios deficientes e bem assim a das suas organizações, ou seja, aquelas estruturas que legitimamente os representam e que devem ser respeitadas, ouvidas e tidas em consideração.

Para atingir estes objectivos, é necessário repudiar a tendência de encarar o movimento dos deficientes de uma forma paternalista e combater a tentativa de o

instrumentalizar, quer pelo poder quer pela oposição. Encarar o movimento dos deficientes desta forma, é negar-lhes o direito de se emanciparem e os cegos desde há muito que rejeitam esses paternalismos.

Sabemos que é difícil, mas temos que o conseguir, procurando viver com todos os poderes e exigindo paulatinamente o respeito pelos nossos direitos.

Ninguém pensa que vai conseguir uma organização de cúpula, atropelando a todo o momento estes direitos e o respeito que cada organização merece, podendo a cada momento dizer sim ou dizer não.

Um movimento forte e organizado esbarra em dificuldades como: organizações de e para deficientes, com as filosofias por vezes antagónicas; os níveis de organização de cada deficiência e os ritmos bem diferentes de dinamismo e de trabalho, e a dificuldade de discernir, a cada momento, o que é geral, comum a todos e o que é específico e que pertence a uma deficiência e a necessidade de respeitar essa especificidade.

Dentro destes pressupostos, tudo faremos para contribuir para o reforço do movimento associativo.

ADFA

Como é que a Direcção da ADFA viu o Dia Internacional do Deficiente?

Desde a proclamação do Ano Internacional do Deficiente, em 1981 a ADFA adoptou para essas comemorações um slogan que todos se lembram: "Temos um Ano e Queremos uma Vida". Sempre entendemos que não era por termos um ano, não era por termos um dia, que os problemas dos deficientes eram resolvidos, esta não é a questão de fundo. Quando se pergunta a nossa opinião sobre este dia, que é dia nacional e dia europeu, este dia é apenas mais um dia, e no quadro desse dia é preciso realçar que as Nações Unidas e os Governos se comprometem a levar à prática várias acções para a integração das pessoas deficientes, pensamos que é importante que as Nações Unidas o tenham reconhecido, pois revela que as pessoas com deficiência conseguiram levar este problema a um organismo deste nível.

No plano nacional é preciso ter capacidade de continuar a lutar para que os problemas que afligem as

pessoas deficientes sejam resolvidos e acima de tudo, que as ONG's sejam ouvidas. Para nós o mais importante foi o aparecimento do Secretariado Nacional de Reabilitação, para o qual a ADFA deu um grande contributo. Todos conhecemos a grande intervenção que a ADFA teve em todos os momentos no Secretariado Nacional, em intervenções de fundo, no sentido de chamar a atenção para os problemas das pessoas com deficiência de forma a que fossem discutidas ao mais alto nível. Desta forma sempre se defendeu que o Secretariado Nacional fosse um organismo que estivesse na dependência da presidência do Conselho de Ministros, como já esteve e depois deixou de estar.

Concretamente no que diz respeito à pergunta formulada pelo "ELO", a ADFA esteve representada em Coimbra, participou numa acção que foi programada com as ONG's, mas essa participação ficou aquém daquilo que propusemos e que foi aceite. Compete-nos ser mais incisivos nesta questão pois isto tem acontecido por várias vezes. A existência de outras preocupações, de outros problemas, faz com que deixemos

às vezes estes para o fim. A Direcção Central da ADFA vai-se empenhar mais na preparação de futuros eventos porque as ONG's não podem ser elementos meramente decorativos. A nossa missão é garantir maior e mais directa participação das ONG's nestes assuntos, nas mesas redondas e nos seminários.

ELO-A representação dos deficientes portugueses levantou polémica no movimento associativo internacional! Qual o posicionamento face ao que aconteceu e como perspectivava o seu futuro?

Sobre a representatividade da UCNOD, ela foi eleita pelas ONG's membros do Grupo Diálogo para as representar, através do Dr. Orlando Alves, no Forum Europeu, projecto Helios. Quando se deslocou a uma reunião do Forum, foi contactado pela DPI para assumir em Portugal a preparação das actividades para a comemoração do Dia Europeu. A ADFA foi confrontada com um facto consumado e não esteve de acordo porque a UCNOD não trouxe essa proposta ao Grupo de Diálogo mas sim um documento da própria UCNOD, na qual se fazia

referência que os próprios delegados das ONG's estiveram numa reunião com a DPI em Londres. Era natural que face a esta atitude, a UCNOD retratasse alguns aspectos, pois não percebeu o que as 22 ONG's queriam, mas não se retratou, assim deixou de inspirar confiança para continuar a representar as 22 ONG's no Forum Europeu. Procedeu-se a nova votação no decorrer de uma reunião extraordinária do Grupo de Diálogo, convocada pelas ONG's, e foi eleito, o professor Manuel Domingos, da Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. A ADFA esteve por dentro desta questão, como elemento activo do Grupo de Diálogo e do movimento de deficientes, esteve presente numa reunião, a convite da própria UCNOD, para tomarmos conhecimento das acções que a UCNOD estava a desenvolver no âmbito nacional e internacional. Estavam também presentes outras organizações para além da ADFA filiadas na UCNOD e a Direcção entendeu não estarem reunidas condições de participar tanto nas acções nacionais promovidas pela UCNOD, como na deslocação ao Parlamento

Europeu, em virtude de ser importante que as organizações fossem informadas a tempo dos objectivos e se definisse uma estratégia comum para nos podermos sentir responsabilizados e participarmos todos ao mesmo nível. Ao contrário, confrontámo-nos com acções já definidas pela DPI, numa altura em que, estando ou não de acordo, já nada se podia modificar. Não concordamos de acordo com a forma como se chegou a isto, tanto mais por se tratar de um assunto desta envergadura como o é o Dia Europeu do Deficiente.

A ADFA e outras organizações entenderam realizar uma Conferência de Imprensa para manifestar a opinião pública que os deficientes encontram bastantes problemas por resolver, que é importante que o Secretariado Nacional seja mais actuante na Política de Reabilitação, devendo ser o seu coordenador e não um simples executor.

Manifestamos também o nosso desacordo em relação a algumas posições que a UCNOD ou APD tomaram em relação a algumas organizações membros do Grupo de Diálogo, foi uma Conferência de Imprensa

coberta pela comunicação social, que revela que a opinião pública e os órgãos de informação estiveram atentos, que o movimento dos deficientes em Portugal não está dividido, que pelo contrário existe um grande caudal e que há uma polémica saudável acerca da forma como se definem estratégias.

O sumo afinal existe, um movimento que pensa, e quando dizemos movimento, referimo-nos a várias organizações de deficientes, em que algumas estão filiadas na UCNOD e outras não.

Entendemos que ADFA deu um grande contributo à discussão, é importante que o movimento de deficientes apareça com uma voz legítima, um "Forum" em que as pessoas se sintam verdadeiramente representadas e senhoras de si próprias, onde as organizações tenham a certeza de que o poder instituído terá que ter em conta essa força.

A ADFA não é filiada na UCNOD por decisão dos seus órgãos máximos, a Direcção está a desenvolver aquilo que está de acordo com o que nos dois con-

Governo atribui verba para financiar ajudas técnicas profissionais

No quadro da política de reforço dos apoios financeiros previstos no Serviço Nacional de Saúde para participar a aquisição de ajudas técnicas, foi disponibilizada para 1993 uma verba de 250 milhões de escudos, igualmente repartida pelo Ministério do Emprego e da Segurança Social e Ministério da Saúde.

No mesmo despacho — 606/MS/MESS/92 — foi prevista uma outra verba de 100 milhões de escudos para o financiamento de ajudas técnicas necessárias para viabilizar o acesso à formação e/ou emprego.

Através do despacho conjunto, publicado em 18/Novembro/93, foi agora disponibilizada a verba — do orçamento do Instituto do Emprego e Formação Profissional — e definidos os mecanismos de intervenção.

1 — O financiamento é feito na sequência de uma prescrição médica a executar pelos Hospitais, Centros de Saúde e Centros Especializados — entre os quais se encontra o CRPG — acreditados pelo Governo como competentes para o fazerem.

2 — É necessário um parecer prévio das entida-

des formadoras ou dos Centros de Emprego.

3 — O financiamento será atribuído pelos Centros de Emprego e por Centros que desenvolvam o programa de formação profissional, acreditados por despacho conjunto do Secretariado Nacional de Reabilitação e do Presidente da Comissão Executiva do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Entretanto, o CRPG foi credenciado como entidade financiadora da atribuição de ajudas técnicas, pelo que está em condições de intervir de imediato.

PROGRAMA CITE

Ciência, Inovação, Tecnologia

A investigação em reabilitação, em Portugal, é uma actividade isolada e carenciada de recursos humanos e técnicos. No entanto, existem centros e instituições, que apoiados poderão tornar-se pólos dinamizadores de investigação em reabilitação.

O Secretariado Nacional de Reabilitação, através do programa CITE, pretende incentivar a investigação, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, no âmbito da deficiência e da reabilitação das pessoas com deficiência, de modo a promover a plena integração social dessas pessoas.

As candidaturas, a este programa ocorreram até ao dia 15 do mês de Novembro de 1993 e consideraram-se projectos elegíveis aqueles que tenham por objectivo a investigação na:

A. Área da Saúde

- prevenção da deficiência, da incapacidade e da desvantagem;
- diagnóstico e intervenção precoce;
- identificação da deficiência com vista à descoberta da sua origem e eliminação das causas;

- educação para a saúde;
- reabilitação médica e social;
- ajudas técnicas

B. Área da Educação

- desenvolvimento de metodologias que permitam o mais alto nível de desenvolvimento pessoal;
- adaptação e desenvolvimento de equipamentos e técnicas para apoio às crianças com deficiência, tanto no que respeita ao material didáctico como à criação de condições físicas que permitam o acesso das crianças ao ensino.

C. Área da Integração Social

- promoção da autonomia da pessoa com deficiência;
- estudos conducentes à acessibilidade física e social;
- soluções inovadoras no que se refere à adaptação de estruturas, planeamento urbano, acessibilidade nos edifícios, transportes e comunicações;
- organização de circuitos operacionais de informação que atinjam as pessoas com deficiência e suas

famílias, as instituições e os técnicos de reabilitação, e o público em geral.

O CRPG apresentou como proposta um projecto na área da saúde cujo tema é «Produção de Calçado e Palmilhas Ortopédicas Assistida por Computador».

Com este projecto pretende-se definir um ambiente para produção de calçado e palmilhas ortopédicas, utilizando dados objectivos, técnicas de aquisição de dados sofisticadas, técnicas de processamento, modelação e visualização em computador, de modo a obter uma solução com resposta rápida, de fácil utilização e mais económica.

Este sistema será utilizado por médicos, técnicos ortoprotésicos e técnicos ou sapateiros ortopédicos e destinar-se-á a pessoas com deficiência dos membros inferiores e pessoas com patologias funcionais do pé.

O objectivo fundamental deste projecto é promover a resolução de um problema crucial na área da reabilitação em Portugal, uma vez que as respostas existentes são muito pontuais, do tipo artesanal e asseguradas por profissionais em fim de carreira.



AJUTEC 93

Realizou-se de 6 a 9 de Novembro passado a II Feira Internacional de Ajudas Técnicas Para Pessoas Deficientes.

O CRPG aproveitou devidamente a oportunidade para divulgar os seus serviços e produtos através de um «stand» próprio. Um dos aspectos privilegiados foi a

apresentação do DEMO, que é um periférico adaptado para permitir que pessoas com tetraplegia e outras situações similares possam trabalhar com computadores.

Embora a edição deste ano tenha tido menos expositores que na 1.ª edição, foi igualmente muito concorrida. Aliás, segundo os res-

ponsáveis da Exponor, a Feira continuará, admitindo-se a hipótese de a realizar em paralelo com outra, provavelmente a Feira Médica.

Esta disponibilidade e interesse da Associação Industrial Portuguesa em manter uma Feira que não é rentável, constitui uma atitude apreciável e louvável.

Facilitar a integração profissional da pessoa deficiente



Tendo por base esta temática, realizou-se no CRPG, nos dias 25 e 26 de Novembro, um encontro transnacional resultante de um projecto que tem vindo a ser desenvolvido pelo CRPG e PHONECCO (empresa especializada em formação, comunicação e marketing directo de pessoas com deficiência) no âmbito do desenvolvimento das competências de procura de emprego.

Este projecto tem como principal objectivo, para além de troca de experiências e de informação, a promoção de estratégias para a inserção profissional.

Durante o encontro, os representantes da PHONECCO apresentaram as metodologias por eles utilizadas para a inserção profissional da pessoa deficiente, que vão desde «mailing», telefone, conferências, colóquios, pequenos-almoços com empresários, a artigos de jornal, visitas a empresas, estágios, questionários no terreno, e até à formação específica em técnicas de procura de emprego.

Trata-se de estratégias que visam o envolvimento activo do estagiário/formando. Este, com todo o apoio dos técnicos, deverá implementar o plano de acção que melhor se

adapte às suas necessidades profissionais.

Todo o trabalho que o CRPG tem vindo a desenvolver ao nível de formação e inserção profissional da pessoa com deficiência, coloca-a no centro de todo o processo, participando activamente na concretização do seu projecto profissional. Neste contexto é importante salientar também o papel desempenhado pelo empregador, pelo que durante o encontro foram sistematizadas algumas acções que o CRPG está a planear implementar para sensibilizar e tornar mais activa a participação/implicação das empresas.

Assembleia Geral da CEEH

Realizou-se a 8 e 9 de Novembro a Assembleia Geral da Confederação Europeia do Emprego Para Deficientes.

A reunião teve lugar no C.R.P.G., onde funciona actualmente a sede da FORMEM — Federação Portuguesa de Centros de Formação e Emprego de Pessoas com Deficiência, tendo participado representantes de Portugal, Espanha, Inglaterra, Irlanda, Holanda, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Bélgica.

Um dos pontos fundamentais da agenda de trabalho foi a elaboração do plano de actividades para 1994. Foram criados sete grupos de trabalho que vão trabalhar outros tantos temas, no plano europeu, tendo Portugal ficado com a responsabilidade de liderar o tema de Orientação Profissional.



ASSOCIAÇÕES DEBATEM ORGANIZAÇÃO

APD

O Dia Internacional do Deficiente, ou Dia Europeu do Deficiente esperava-se que fosse o «Dia de todas as demagogias», por parte das entidades governamentais. Embora o esforço do Secretariado Nacional de Reabilitação de «fechar» as ONG's em Coimbra, para que estas se «entretivessem» em discussões, mais ou menos pomposas, formais, mas estereis, nada pragmáticas, não contendo qualquer reflexo do quotidiano do deficiente em Portugal, houve no entanto quem se empenhasse na consciencialização e sensibilização da opinião pública, e esses estiveram nos contactos directos com a população, nomeadamente na Vigília do Porto e Lisboa, onde foram distribuídos milhares de documentos, recolhidas imen-

sas assinaturas de gente que juntou a sua voz à de todos aqueles que no dia a dia sofrem na pele a marginalização, o tratamento indigno, o atropelo e o esmagamento dos mais elementares direitos humanos, quer no ensino, na saúde, no emprego, etc., etc.

Nesta efeméride outra iniciativa marcou a atenção das associações, concretamente a denúncia internacional da situação gravosa em que vivem os deficientes em Portugal, através do Primeiro Parlamento Europeu dos Deficientes, no qual dentro das possibilidades se fez passar a realidade que há quem persiste em não assumir nem reconhecer, tentando desta forma ocultar a situação degradante em que vivem milhares de cidadãos de pleno direito.

Mas se tivermos que ele-

ger a «Acção» que marcou sem dúvida, essa foi a da «comunicação social». Se é verdade que em relação à delegação que foi a Bruxelas pouco se falou, não é menos verdade que sobre a Reabilitação 90/93 ainda muito menos se disse, ignorância absoluta e geral sobre o assunto.

Bem diferente foi a postura assumida pelos órgãos de Comunicação Social em relação às acções de consciencialização e sensibilização. Foram dezenas e dezenas de entrevistas para rádios locais, nacionais, imprensa escrita, televisões, etc. Estas últimas, através de peças especificamente preparadas para o efeito, demonstraram a todos aqueles que quiseram ver a realidade dos factos, narrados pelos seus protagonistas directos. Desta forma, Portu-

gal tomou conhecimento de vivências cruéis e desumanas a que muitos estão submetidos contra a sua vontade, imagens comoventes até para o mais desumano dos seres. Nós mesmos, que já as conhecíamos e fazemos do nosso dia-a-dia uma labuta constante para a alteração desta situação, quando fomos confrontados em nossas casas, através da televisão, com tais situações, sentimos angústia, amargura e revolta que se instalou de novo e ainda com mais força.

Se tivéssemos que dar um título a esta efeméride utilizaríamos um antigo provérbio que se aplica perfeitamente «A verdade vem sempre ao de cima», o qual deverá ser um sério aviso a todos aqueles que por motivações inconfessáveis têm tentado por diver-

sas formas ao seu alcance ocultar a realidade.

MOVIMENTO INTERNACIONAL DE DEFICIENTES

Sobre esta matéria muito se poderia e deveria dizer, mas nesta fase o que interessa realmente referir é quem são os verdadeiros representantes dos deficientes. Quanto à APD assim como à sua estrutura internacional DPI, não existe qualquer dúvida, «o seu a seu dono». A representação dos deficientes, às organizações de deficientes. Quem melhor que nós próprios para saber e defender o que queremos, necessitamos e aspiramos.

Não aceitamos, sob pretexto algum, que assim não seja e nesta matéria seremos irredutíveis. Não reconheceremos qualquer estru-

tura para nos representar que não seja de deficientes.

Senão, veja-se o exemplo do nosso país, em que não nos é dada a possibilidade de participar na elaboração, acompanhamento e avaliação da política de reabilitação. Faz com que a mesma não exista! Sim, porque se existe e a situação social é aquela em que vivemos, comprova mais uma vez a necessidade da nossa participação directa e activa.

Não queremos nem poderemos ser meros espectadores das nossas próprias vidas. Queremos e temos o direito de ser sérios e responsáveis obreiros do nosso futuro.

Lisboa, 20 de Dezembro de 1993

Humberto Santos
Presidente da Direcção Nacional da APD

DONATIVOS PARA A SEDE NACIONAL ENTREGUES EM LISBOA

Transporte (Novembro/93)12 499 973\$00

N.º Sócio	Nome	Importância
12866	José António Fernandes Costa	15 000\$00
2362	José Oliveira Querido	10 000\$00
10074	Nélson Ferreira Quelhas	2 000\$00
4643	Manuel Alves Reis	5 000\$00
1466	António de Castro	3 000\$00
N/Sócio	Sr. Almirante Ferrer Caieiro	9 000\$00
N/Sócia	Maria Sara Trindade Simões Sousa	15 000\$00

A transportar (Dezembro/93)12 508 973\$00

AUTOMÓVEIS OPEL

MOD.	P.BASE	P.V.P.
CORSA		
SWING 1.2 3P	1.242.284.00	1.822.530.00
SWING 1.2 5P	1.296.595.00	1.855.530.00
SWING 1.5D	1.575.304.00	2.577.530.00
GLS 1.5 T.D. 5P	1.945.994.00	3.007.530.00
ASTRA		
1.4 GL 5P	1.885.541.00	2.797.529.00
1.4 GLS 5P	2.087.266.00	3.031.530.00
1.7D GL 5P	2.017.586.00	3.514.530.00
1.7TD GLS 4P	2.412.011.00	3.943.529.00
1.7TD GLS 5P	2.412.011.00	3.943.529.00
ASTRA CARAVAN		
1.4 GL	1.999.335.00	2.929.531.00
1.7D GL	2.115.862.00	3.628.530.00
1.7TD	2.515.460.00	4.063.530.00
VECTRA		
1.6 GLS	2.357.145.00	3.700.530.00
1.7TD GLS 4P	3.099.943.00	4.741.531.00
1.7TD GLS 5P	3.099.943.00	4.741.531.00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	P.BASE	P.V.P.
UNO 45 5P	1.266.228.00	1.698.922.00
UNO 60 5P	1.326.404.00	1.833.921.00
UNO 1.7D 5P	1.239.236.00	2.571.921.00
UNO TURBO D 5P	1.854.579.00	2.696.922.00
TIPO 1.4 5P	1.618.316.00	2.429.921.00
TIPO 1.7D 5P	1.719.376.00	3.130.922.00
TEMPRA 1.4	1.889.006.00	2.743.922.00
TEMPRA 1.9TD	2.583.474.00	4.853.922.00
TEMPRA 1.9TD Carrinha	2.685.198.00	4.971.922.00
CROMA 1.9TD I. Directa	2.949.853.00	5.278.922.00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 5016, a partir das 19H30, para Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900 Lisboa
Tels. (01) 856 14 00 Fax (01) 856 14 80

Visita aos Núcleos das Ilhas Terceira e S. Jorge

No dia 8 do mês de Outubro do corrente ano, uma Comissão desta Delegação constituída pelo Secretário da Direcção Sr. Moisés Pereira da Luz e pelo trabalhador da Delegação Sr. José Soares, deslocaram-se por via aérea com destino às Ilhas GRACIOSA E S. JORGE, a fim de efectuarem reuniões de trabalho com os associados ali residentes.

Na Ilha Graciosa a reunião teve lugar no próprio dia 08OUT, pelas 20 horas, na Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, em dependência onde se reúne o Núcleo da Ilha.

Depois da apresentação de cumprimentos pelo Sr.

Moisés Pereira da Luz, deu-se início aos trabalhos, com a entrega de Cartões da ADME, explicando o empenhamento da Direcção Central da ADFA, em conseguir para os DFAs as mesmas regalias que usufruem os reformados das Forças Armadas, isto é, os medicamentos gratuitos. Foram também recolhidos alguns elementos com vista a renovações de Cartões de Identidade de DFA e Cartões de ADME. A reunião terminou pelas 22H00.

No dia 09OUT93, a Comissão seguiu da Ilha Graciosa em avião, pelas 11H30, com destino a S. Jorge.

A reunião com os associ-

ados residentes na Ilha de S. Jorge teve lugar na Escola Preparatória da Vila da Calheta, no mesmo dia, pelas 19H30.

Depois da apresentação de cumprimentos, iniciaram-se os trabalhos que no essencial constaram dos mesmos assuntos tratados na Ilha Graciosa. Os trabalhos terminaram pelas 21H00.

Foi com agrado que se constatou, em ambas as ilhas, uma afluência de quase 100% dos sócios residentes.

A Comissão regressou a S. Miguel no dia 10/10/93, pelas 10H25.

Moisés Pereira da Luz



Encontro na Guarda

Deficientes de Guerra reúnem-se na cidade da Guarda, num jantar convívio associativo, em que se falou dos problemas do Núcleo da Guarda, da Delegação de Viseu e da ADFA, em geral.

É importante os associados estarem esclarecidos sobre tudo o que se passa na vida da sua, nossa Associação. Estes encontros têm a finalidade de chamar os Deficientes das Forças Armadas a participar, a colaborar, a decidir, porque ainda hoje, por estranho que pareça, muitos dos nossos associados não estão esclarecidos sobre o aparecimento da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, as funções que desempenha, qual é a sua utilidade, que serviço presta aos seus milhares de associados deficientes de guerra e seus familiares.

Podia aqui enumerar todo o trabalho que é desen-

volvido por todas as delegações e serviços centrais; os valores que defendemos, para todos aqueles que se deficientaram ao serviço da Nação, dando o melhor de si próprios, que uns pagaram com a vida e outros, como nós, ficámos com o peso da deficiência para toda uma vida, sem que haja hipótese alguma de recuperação, tomando todo o tipo de drogas, para que pelo menos não tenha, não sinta a dor, até que chegue o momento do juízo final, que espere a toda a hora, deixando a família, por vezes, em situação bastante difícil, e marcadas para toda a vida, pelos traumas causados, pela vivência, que em conjunto nós lhe transmitimos, durante todos estes anos, em que os filhos nos perguntam: Pai, porque é que tens tantas dores? Porque é que tomas tantos comprimidos? Como é que ficaste, deficiente? Na verdade, so-

fre o homem, sofre a esposa e por inerência, sofrem os filhos, sem terem culpa alguma do que se passa à sua volta.

A ADFA é uma instituição considerada de utilidade pública, responsável, que sabe aquilo que quer, e quais os objectivos a atingir. Para que todos em conjunto possamos analisar e debater os teus, nossos, problemas, é importante que participes na vida associativa da tua Delegação, comparecendo aos encontros, e colocar-nos as tuas dúvidas, seja sobre o que for, para que um dia não acuses ninguém por não estares informado devidamente.

Resolve os teus problemas, que, ao resolvê-los, estás a ajudar toda a família.

Fala connosco, comparece.

João Gonçalves

NOTE BEM: LEIA ATÉ AO FIM

- PAGARÁ MUITO CARO POR NÃO LER
- NÃO ANDE POR CAMINHOS ERRADOS
- A DISTÂNCIA NÃO É BARREIRA



É DEFICIENTE FÍSICO E QUER COMPRAR VIATURA?

Nós procedemos à tramitação da importação de viaturas, praticamente qualquer marca e modelo, e podemos entregar a sua viatura já transformada, dispensada de qualquer imposto automóvel, como estipula a lei, dentro dum prazo absolutamente recorde "que pode ser de 15 dias". Leu bem? Que pode ser de 15 dias.

QUER COMPRAR A SUA VIATURA A CRÉDITO? VENHA FALAR CONNOSCO

Saiba que somos opositores, sempre que possível, a veículos com caixa de velocidades automáticas.

Não se deixe enganar por outros sistemas artesanais e arcaicos, e tenha bem presente que "vida só há uma".

Só tem a ganhar, e muito, com os nossos esclarecimentos.

Já é nosso cliente? Tem viatura e está acidentada ou avariada?

Então, até estar pronta a sua viatura, poderá, na nossa empresa, obter viatura já adaptada para si. E mais?

É verdade que, muito mais pode ganhar se preferir a nossa empresa.

É deficiente físico? Quer transformar a sua viatura?

(Qualquer modelo)

Com aprovação garantida pela Direcção-Geral de Viação

- Tecnologia reconhecida pela C.E.E.

Sabia que Clay Regazonni, ex piloto da Fórmula 1, que ficou paraplégico num acidente do Grande Prémio dos Estados Unidos da América, conduziu viaturas por nós adaptadas?!

Telefone (02) 9892945 - Rio Tinto (Porto), Fax (02) 9800683

Contacte "O Grande Prémio" com futuras instalações a abrir também no coração da cidade do Porto.



É deficiente físico e quer tirar a carta de condução?



Consulte

Escola de Condução «O Grande Prémio»

Serafim de Sousa e Silva

Provavelmente a melhor escola de condução



A ÚNICA DO GÉNERO EM PORTUGAL E NA EUROPA

(AGÊNCIA)

Rua das Perlinhas, n.º 451/467 (junto à estação dos Caminhos de Ferro)
Apartado 44 - 4436 Rio Tinto (porto) - Telefone (02) 9899402 - Fax (02) 9800683

A DISTÂNCIA NÃO É BARREIRA

Não se pisme com estas afirmações!

- Pode obter a sua carta de condução em oito dias.
- Se necessita estadia, tem alojamento garantido.
- Venha junto de nós saber por que é que a nossa empresa já mereceu os mais rasgados elogios da RPT, entidades ligadas ao Governo e vários órgãos de comunicação social, por várias vezes.
- Após obtenção da carta de condução, saiba junto da nossa empresa com cada aluno pode beneficiar de uma ou várias centenas de contos, pelas entidades competentes. Nós elucidamo-lo e/ou organizamos o respectivo processo para reembolso.

E esta, hem?! Só nesta empresa...

Inscra-se já. Oportunidade limitada.

Mais vale prevenir e encartar-se connosco.

SÓ NÃO TIRA A CARTA QUEM NÃO TEM CABEÇA

E AGORA NÃO SE PASME COM O QUE A SEGUIR LHE VAMOS OFERECER:

Ao inscrever-se nesta escola de condução, pode ficar habilitado por sorteio, até 31 de Dezembro de 1993 a um Ford Fiesta 1.1 CLX, com tecto de abrir, vidros eléctricos e rádio c/ leitor com valor superior a dois mil contos.

E MAIS

Com seguro automóvel incluído, contra todos os riscos (1.º ano)

E AINDA

500 litros de gasolina

E NÃO SÓ

Para mais informações contactar pessoalmente os nossos serviços nos três locais referidos.

RECORTE E GUARDE ESTA NOTÍCIA PARA SI OU PARA PESSOA AMIGA



● Almoço de Natal em Évora

Como já é habitual por esta época a delegação de Évora organizou o seu almoço de Natal, no passado dia 11 de Dezembro no Pátio Alentejano em Évora.

Este encontro foi bastante participado na medida em que contou com mais de

160 pessoas entre sócios e familiares, que conviveram nesta quadra festiva que, sendo da família, uniu nesta casa o ramo familiar da ADFA em terras alentejanas.

A nossa delegação teve a honra de ter entre os seus

convidados o presidente da Câmara Municipal de Évora.

Em representação da Direcção Central deslocou-se a Évora o 2º Secretário da direcção Central, Artur Vilares.

No fim, para alegria dos mais novos, foram distribuídas prendas

● Festa de Natal em Faro

A festa em Faro foi muito participada e com comes e bebes à descrição.

Houve baile abrilhantado por três conjuntos musicais, que gratuitamente ani-

maram os nossos associados.

As nossas instalações estão a passar por um momento delicado, em virtude de as mesmas serem agora

do Centro Regional de Segurança Social e não se sabe ainda qual a decisão que vai tomar a este respeito, têm no entanto estado a ser envidados esforços para que a delegação da ADFA continue neste edifício situado no centro da cidade de Faro.

ASSOCIAÇÕES DEBATEM ORGANIZAÇÃO

(Continuação da pág. 8)

gressos se decidiu, nomeadamente incrementar o desenvolvimento das relações com as organizações de deficientes. Como corolário desta acção, a ADFA foi uma das organizações escolhidas para ser uma das representantes no Conselho Nacional de Reabilitação, o

que revela que as organizações têm confiança nas posições que a ADFA toma e no que diz respeito à Política de Reabilitação.. Porque foi eleita sentimo-nos com mais responsabilidade.

É importante que o poder instituído e os órgãos do Estado reconheçam, e neste momento já se aper-

cebem que emerge um movimento que tem de ser levado em consideração, e que a implementação da Política de Reabilitação passará muito pela forte consciência política dos dirigentes das organizações, neste momento de grandes problemas em que vive o mundo e concretamente o nosso país.



● Aniversário da delegação do Porto



● Aspecto do jantar no Porto



● Festa de Natal da delegação de Faro



● Jantar na Guarda da delegação de Viseu



● Almoço de Natal da delegação de Évora



● Distribuição de prendas em Évora



● Festa de Natal na Sede Nacional



● Jantar de Natal dos trabalhadores da Sede